*ISBN 978-85-7846-455-4*

**RUI BARBOSA E O PENSAMENTO EDUCACIONAL BRASILEIRO**

Gilmar Aparecido Altran – UEL altran@uel.br;

Luana Bueno dos Santos – UEL luanabuenods@gmail.com

**Eixo 1**: Formação e Ação Docente

**Resumo**

Abordar o pensamento de Rui Barbosa torna-se desafiante uma vez que se tem, no âmbito da literatura acadêmica, um significativo volume de pesquisas. Insistir parece ser algo válido e atual, provocando reflexões, paixões e a retomada do conceito de educação. O projeto de pesquisa em ensino, com estudantes do Curso de Pedagogia (UEL), foi constituído para o debate em torno do pensamento filosófico-educacional. Tomando os caminhos da revisão bibliográfica, foi possível recuperar temáticas que evidenciam o veio filosófico de sua obra, bem como o amadurecimento dos conceitos de “Iluminismo” e “Ilustração Brasileira” e ainda, sua intersecção com a constituição do sistema público de ensino no Brasil. No bojo dessa discussão a evidência da formação humana. Rui se destaca por apresentar uma concepção de educação cuja origem pode ser entendida a partir da defesa dos ideais liberais do início da República. A defesa da educação passa, tanto na época de Rui, quanto hoje, pela ampliação do acesso à escola. Ao se referir à questão da desigualdade social, entendia que pudesse ser compreendida e combatida pelo viés do acesso à escola. A universalização da educação formal torna-se uma de suas mais ardentes defesas, objetivando a superação das mazelas presentes na vida pública.

**Palavras-chave**: Filosofia e Educação; Iluminismo Brasileiro; Educação Republicana.

**Introdução**

O debate em torno do pensamento filosófico e a educação no Brasil tem sido orientado por discussões acerca de sua natureza e seu ensino. O propósito, em linhas gerais, consiste em constituir um campo filosófico definindo então limites e abordagens próprias dessa questão. Todavia, poucos estudos têm sido desenvolvidos no âmbito dos discursos filosóficos que envolvem a prática educativa. Estudos de natureza filosófica sobre a questão podem ampliar a visão e delimitar seu terreno, permitindo assim contribuir para a compreensão sobre acerca do veio filosófico-educacional no Brasil. Com base nesse arcabouço foi proposto e aprovado, pelas instâncias colegiadas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), o Projeto de Pesquisa em Ensino “As Contribuições de Rui Barbosa Para o Pensamento Educacional Brasileiro: problemas, fontes e concepções” com objetivo de envolver estudantes do Curso de Pedagogia, da mesma instituição, para o período de 2014 a 2017.

Os cursos de Pedagogia, em geral, apresentam em seus projetos pedagógicos, a disciplina de Filosofia e Educação no Brasil, ora também denominada de Filosofia da Educação no Brasil que buscam tratar justamente das discussões acima descritas. O Projeto Pedagógico (Curso de Pedagogia – UEL) caminha nessa direção enfatizando as discussões atuais sobre o tema filosofia e educação no cenário brasileiro. Os limites da disciplina (carga horária, tempo para leitura e aprofundamento dos textos, condição existencial dos estudantes, entre outros) a necessidade de aprofundamento em algumas questões que, por vezes, são externadas pelos próprios estudantes no decorrer das aulas, sendo recorrente a solicitação, por parte desses, a formação de grupos de estudos visando aprofundar o conhecimento de autores que se destacam no cenário da educação brasileira. Dessa forma, dedicar um tempo maior para reflexão de suas ideias e, num espaço de discussão superar os limites da disciplina em si.

Nesse sentido, considerando que o objetivo dessa disciplina consiste, em linhas gerais, em abordar o pensamento filosófico em relação à educação no Brasil, compreende-se que Rui Barbosa está inserido nesse cenário, com especial contribuição na formação do pensamento educacional brasileiro, fato esse, de inegável reconhecimento. Amplia-se a questão posta ao inserir os escritos de Rui Barbosa no âmbito do Projeto, ou seja, sobre o ensino no Brasil e com isso levantar os problemas, as concepções e as fontes, aspectos constituintes da reflexão filosófico-educacional. Por fim, problematizar o conceito subjacente a todo esse arcabouço: iluminismo brasileiro e educação.

**Metodologia**

Em termos metodológicos a análise e discussão do material bibliográfico selecionado tomou como ponto de partida a reconstrução histórica e racional dos discursos filosóficos produzidos sobre a educação no Brasil, que pressupõe certo distanciamento na leitura e na interpretação dos textos e a compreensão destes no contexto de sua produção para, então como ponto de chegada, interrogar as teses e os argumentos neles enunciados, a partir de questões formuladas num horizonte intelectual e, com isso desejar uma interpelação em que fiquem evidentes as questões, os conceitos e as teses defendidas pelo autor e aqueles pensados por quem se põe enquanto interlocutor/pesquisador. Porém, quer se destacar ainda, não propriamente críticas ou elogios que poderiam ser remetidos a Rui Barbosa enquanto um pensador das questões educacionais no Brasil, mas sim, como os temas e as formas de pensar sobre, com e na educação brasileira, desenvolvidas por ele, podem contribuir para o debate sobre filosofia e educação no Brasil.

**Referencial teórico**

Abordar o pensamento de um autor nunca é uma tarefa fácil. No caso específico de Rui Barbosa tal abordagem torna-se desafiante considerando o norteamento das pesquisas em educação no Brasil. Todavia, ao considerar que os escritos de Rui Barbosa foram e continuam sendo objeto de pesquisas diversas, no âmbito acadêmico, insistir no estudo desse autor parece ser algo não apenas válido, como também atual. Provoca, por si só, reflexões, paixões e ainda uma retomada da própria história do Brasil e da Educação. Assim, o projeto de pesquisa em ensino não pretende instituir novos dogmas, ou mesmo reafirmar os já existentes, mas sim buscar caminhos de compreensão do pensamento a partir dos problemas colocados, suas fontes e suas concepções. Rui Barbosa (1849-1923) foi advogado, jornalista, político, diplomata, ensaísta e orador. Interessa-nos tomar seu pensamento pelo veio com a questão educacional.

Assim, remonta-se à Constituição de 1823, como aquela que evidencia a educação para a cidadania, aqui no Brasil. Mesmo que tal ideário tenha alcançado seu lugar na legislação de então, a realidade se apresentava como uma sociedade estamental, escravocrata e excludente, onde os homens livres e proprietários desfrutavam de direitos devido ao sistema censitário imperial. A questão subjacente à defesa da ampliação do acesso à escola referia-se à desigualdade social, a qual, supunha-se, poderia ser compreendida a partir dos parâmetros de capacidades e talentos individuais. A elite econômica então passa a ser como que destinada a tornar-se elite cultural, uma vez que a universalização do acesso à educação formal não se efetivou, permanecendo privilégio de uns poucos considerados talentosos e mais capazes em relação aos filhos do povo, destinados à execução de tarefas de menor relevância do ponto de vista da vida econômica, política e social. Considerando que o governo da chamada 1ª República coaduna com suas ideias, Rui estava determinado a tomar medidas necessárias para promover o progresso industrial no Brasil. Todavia, mesmo com esse desejo duas questões precisavam ser enfrentadas para que tal projeto pudesse ser posto em prática: 1) a falta de recursos a serem investidos na indústria e, 2) a grande demanda por moeda. Aliadas a essas, se somavam as dificuldades advindas pela expansão do trabalho assalariado, após a libertação dos escravos e imigração europeia.

Ao se tornar um dos ícones da "ilustração liberal brasileira" ou o “iluminismo brasileiro”, influenciado pelo movimento iluminista francês, Rui depositava total confiança no poder da escolarização como caminho à formação de mentes ilustradas. Assim, absorvia e irradiava essas novas temáticas em solo pátrio e, por conseguinte, a defesa de um conceito de educação subjacente que oscilava entre ser instrumento de conquista da liberdade, participação, cidadania e ser um mecanismo de controle e doseamento da liberdade, de civilização, racionalismo e submissão necessários à nova ordem econômica da produção industrial capitalista e às novas relações sociais. O Iluminismo, movimento intelectual efervescente na Europa no século XVIII, demorou a desembarcar no Brasil Colônia e influenciar a cultura, de modo geral. Permaneceu distante pelo fato da natureza que metrópole (Portugal) toma em relação às terras recém “descobertas”. Com a expulsão dos Jesuítas, em 1759, a Reforma Pombalina, por sua vez, não interfere significativamente na organização político-cultural dessas terras. No campo educacional, como exemplo, a concepção pautada pela *Ratio Studiorum* (Jesuítas), teve continuidade mesmo com as “aulas régias”. A assimilação dos ideais da modernidade, proposto pelo Marquês de Pombal, só começam a tomar forma com a chegada, às terras tupiniquins, da família real em 1808. Tem-se então o início de um processo de alteração nas estruturas sociais, marcada pela condição de normatização para receber a coroa, em detrimento de um projeto de formação cultural do estado brasileiro.

A partir do fim do século XIX e início do século XX que o movimento de ilustração começou a ganhar força ao ser disseminado por intelectuais brasileiros influenciados pelos ideais de liberdade já espalhados pela Europa. Esse período para o Brasil foi sinal de grandes transformações culturais, econômicas, políticas, sociais e consequentemente no campo educacional com o advento de ideais laicos, positivistas e liberais. As ditas reformas realizadas por esses intelectuais impulsionaram o debate educacional, superando gradativamente a educação jesuítica tradicional e conservadora que dominava o pensamento pedagógico brasileiro. O pensamento iluminista elege a “razão” como o grande instrumento de reflexão capaz de melhorar e empreender instituições mais justas e funcionais. As principais defesas, no campo educacional, se voltam para o acesso e o direito à escolarização com ensino laico e gratuito voltado para a emancipação e autonomia. No Brasil, alguns eventos podem ser destacados como indícios desse pensamento maior, entre eles a “abolição da escravatura” (1888) e a “proclamação da República” (1889). Ao influenciar nossos intelectuais ilustrados, acenam para um cenário de reformas do Estado Brasileiro com vistas à construção de sua “nova” identidade em meio ao pensamento que permeia os diversos países que já vinham se estruturando no sentimento provocado pela modernidade.

A ilustração brasileira foi pautada no poder das ideias, na ciência e na cultura onde se localizam os elementos essenciais para que a escola pudesse formar “melhor os homens” e consequentemente uma “sociedade melhor”. Assim, no campo educacional, as influências iluministas tiveram papel fundamental para a compreensão da necessidade/relevância de um sistema público que atendesse à população de modo amplo. A ideia da universalização do ensino (acesso/permanência) ganhou força, mesmo que, na prática ainda hoje temos sérios problemas em relação a essa concepção. Com ênfase na defesa da formação livre que garantisse o acesso aos valores e a própria moral definidos pelo conceito de civilização apregoados tanto na modernidade como no saber intelectual e científico. O exame dos textos escritos por Rui e mesmo aqueles que versam sobre seu pensamento permitem perceber a preocupação acima. Em especial com seus conhecidos Pareceres, onde tratava a “pedagogia” como um problema integral da cultura. A escola, principalmente a primária, era defendida como laica, gratuita e para todos. Ideias alimentadas pelo movimento iluminista juntamente com algumas posições políticas em torno dos ideais liberais acerca da educação. Assim, Rui foi um dos intelectuais que divulgou e influenciou a difusão do movimento da Ilustração no Brasil.

Nesse contexto, a educação, numa perspectiva liberal, passa a figurar como forma de resolução dos problemas para transformar súditos em cidadãos e assim nortear os destinos do indivíduo no seio da sociedade. Por isso, acreditava-se que a meta maior a ser alcançada era a estruturação de um estilo de vida em que prevalecesse a liberdade, em vez da servidão; a civilização, em lugar da barbárie; a república, no lugar do absolutismo; a racionalidade, no lugar da irracionalidade; a modernidade, ao invés da tradição; o saber, em vez da ignorância e obscurantismo. Daí o viés político que assume a educação moderna, encarregada de formar o novo homem para a nova ordem fundada no livre mercado econômico, social e político. Porém, em que pese o fato de serem bastante propaladas tais aspirações de cunho liberal-burguês, a verdade é que a educação como direito de todos, de acesso e apropriação democráticos, não se efetivou de maneira universal. No discurso e na letra da lei, sim, a educação era um direito universal o qual todo indivíduo poderia desfrutar. Na vida concreta, contudo, educação era algo pelo qual tinha-se de esperar.

O movimento da ilustração europeia influencia Rui Barbosa. Talvez, sem perceber as contradições intrínsecas desse ideário que alimentava posições liberais lá e cá, ele termina depositando no "civismo" a sua crença maior; crença que deveria, inclusive, cumprir a tarefa de nortear as finalidades da educação nacional. Na condição de relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, em 1882, Barbosa realiza um profundo estudo das condições da escola em nosso país. Em seu parecer e em seu projeto de reforma do ensino primário, demonstra-se interessado tanto em "questões pedagógicas", quanto no "cotidiano da instituição escolar"; tanto no "atraso" do ensino nacional, quanto nos "avanços" do sistema escolar dos países mais adiantados. De um povo analfabeto nada se poderia esperar, pois, na ignorância, submergiria a mocidade da nação.

**Considerações Finais**

Em linhas gerais a atividade proposta desenvolveu-se dentro da normalidade, como a presença de estudantes que, ao seu modo, desejaram conhecer, de modo mais contundente dos caminhos do debate filosófico-educacional no Brasil e, em especial, Rui Barbosa. Buscou-se apresentar os aspectos fundamentais defendidos por Rui Barbosa quando elaborou as reformas, como a obrigatoriedade, a liberdade de ensino, a gratuidade, entre outros. Porém, ainda, era necessário reformar os métodos e os programas que, não obstante, foram muito bem discutidos em seus pareceres. Segundo ele, esses seriam capazes de reformular a preferência ao catecismo e ao emprego da memorização, já que advertia que tudo que havia sido utilizado até então, deveria ser descartado e, em seu lugar, adotada uma nova metodologia, capaz de reformar completamente o ensino. Ele desejava construir um sistema nacional de ensino, para tanto considerou necessário mudanças em todos os segmentos educacionais. Suas ideias resultaram de muitos estudos e reflexões, ele era um homem atento às discussões educacionais de seu tempo e dialogava com muitos interlocutores, muitos favoráveis ao seu posicionamento e outros contrários. Por isso, precisava convencer os opositores, sobretudo, deputados “desatentos” sobre as vantagens de um país esclarecido. O pensamento iluminista, que fervilhava na Europa e valorizava as práticas científicas e o ideal de liberdade, fraternidade e igualdade, foi determinante para que o Marquês de Pombal expulsasse os padres jesuítas no século 18, seus ideais, a grosso modo, incorreram em defesas, no campo educacional, que ainda hoje compõe a pauta de movimentos em defesa à educação, tanto nos que evidenciam a concepção de um liberal como os que se opõe. No cerne desse debate a educação, o ensino, a formação humana.

No tocante ao debate filosófico-educacional, volver esforços acerca do pensamento de um autor, no caso Rui Barbosa, promove o debate acalorado sobre as diferentes teses que permitem compreender os rumos da educação no Brasil, seus problemas e suas fontes. Ao tomar os problemas atuais, nesse cenário, percebe-se o turbilhão de ideias que sustentam práticas nem sempre esclarecidas ou mesmo, compreendidas à extensão que a problemática posta merece, por se tratar, numa primeira e talvez, mais relevante questão: a formação humana como princípio. Como se depreende do exame de sua atividade pública e intelectual, Rui esteve engajado na crítica do status quo republicano. Para levar a cabo tal crítica, o autor muniu-se não apenas das armas teóricas fornecidas pelo liberalismo político, mas ao investigar as razões da corrupção e do atraso intelectual propõe o acesso à educação como antídoto a essa problemática.

 Coloca ao cenário nacional o debate sobre a democracia e consequente tensão entre o normativo e o empírico. Para ele, uma autêntica democracia liberal não poderia ser resumida à autorização eleitoral dos governantes. Para que pudesse ser expressa, a vontade da nação dependia de um espaço público relativamente autônomo, a ser promovido pela educação. Daí a relevância em visitar autores que, ao seu modo, se propuseram a pensar questões basilares sobre a cultura e a organização das instituições. Instigar tal debate e evitar a dogmatização de teses parece ser uma das tarefas mais caras ao ensino de filosofia.

**Referências**

BARBOSA, R. Quadro do ensino no Brasil [e outros textos]. In PEREIRA, B. **Diretrizes de Rui Barbosa.** São Paulo: Nacional, 1932.

\_\_\_\_\_\_\_. **Obras completas de Rui Barbosa.** Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Saúde, 1947.

BOTO, C. **A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. Revista Brasileira de História.** v. 19, n. 38, São Paulo, 1999. Versão na internet, em 19páginas: Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbh/v19n38/1004.pdf. Acesso em: 02.09.2014.

LOURENÇO FILHO, M. B. **A pedagogia de Rui Barbosa.** 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956.